****

**Município**: BIAS FORTES

**Lei PlanoMunicipal**:Lei nº 876 de 22 de junho de 2015.

**Secretário(a) Municipal de Educação**:MARCÍLIA VIVIANE DE OLIVEIRA RAMOS

**Comissão Coordenadora**:Representantes do Serviço Municipal de Educação: MARCÍLIA VIVIANE DE OLIVEIRA RAMOS, ZILDA DE OLIVEIRA CICONELI; Representantes dos Professores da Rede Municipal de Educação: MARIA SUELY RAMOS FONSECA; Representante dos Vereadores: PAULO ROBERTO RAMOS.

**Equipe Técnica**:Representantes do Serviço Municipal de Educação: KÁTIA MARIA DE OLIVEIRA PAULA, MARIA APARECIDA DE CARVALHO NOGUEIRA; Representantes dos Professores da Rede Municipal e Estadual de Educação: MARIA SUELY RAMOS FONSECA, VALDILENY MARIA DA SILVA, MÁRCIA CRISTINA DE OLIVEIRA; Representante da Prefeitura Municipal de Bias Fortes: MARISTELA DE OLIVEIRA SALES

**1- APRESENTAÇÃO**

O Plano Municipal de Educação de Bias Fortes – PME foi aprovado sob a Lei nº 876 de 22 de junho de 2015. Desde então todo planejamento das ações educacionais do município é projetado em consonância com as metas e estratégias do PME. É um dos principais instrumentos de política pública educacional, pois orienta a gestão educacional e referenda o controle social e a participação cidadã.

De acordo com o Plano, as metas e suas respectivas estratégias devem ser executadas dentro do prazo de vigência e a cada 4 (quatro) anos ao longo do período de vigência do mesmo, a Comissão Coordenadora deverá disponibilizar estudos para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas, tendo como referência estudos e resultados de pesquisas nacionais, por amostra ou demais dados disponíveis.

É fundamental lembrar que para toda ação planejada, é necessário, avaliar periodicamente se a mesma está decorrendo conforme previsto e, por outro, analisar se os resultados são de fato os pretendidos. Assim, a apresentação dos dados coletados não deve ficar na superficialidade. Tendo como base esses resultados devemos enfrentar os desafios na superação das dificuldades, com políticas efetivas de investimentos, no aperfeiçoamento das práticas educacionais.

Nesse contexto, apesar do cenário adverso e dos obstáculos enfrentados, não podemos deixar de considerar a importância do plano para o desenvolvimento das políticas públicas, em que são necessários mecanismos de acompanhamento e avaliação para aferir/mensurar e com isso até replanejar, se for o caso.

A execução das metas do PME é uma ação conjunta entre as secretarias de educação, instituições de ensino, movimentos sociais, associações representativas e sociedade civil, o que promove uma ampla análise e reflexão da situação educacional de nosso município, assim, cabe a todos os envolvidos envidar esforços para que o plano de educação cumpra sua finalidade, traduzindo suas diretrizes, metas e estratégias.

**2. PROCESSO DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO DO PME**

A Avaliação do Plano Municipal de Educação do Município de Bias Fortes consiste na observação dos indicadores estabelecidos de acordo com documento elaborado pela Equipe Técnica e Comissão Coordenadora relacionado ao cumprimento das diretrizes, metas e estratégias previstas, apresentados através dos relatórios anuais de monitoramento.

Algumas informações importantes acabaram ficando defasadas, tendo em vista que o último CENSO realizado foi no ano de 2010. Ocorre ainda, em alguns casos, falta de dados, impossibilitando a aferição dos indicadores sugeridos no Plano, tendo em vista que não estão disponíveis através de fontes oficiais.

Nesse contexto e seguindo orientações técnicas da avaliadora da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino- SASE, além do CENSO do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, foram utilizadas outras fontes de informações oficiais, como Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais – INEP, Portal do MEC, entre outros.

O relatório de avaliação apresenta dois resultados por indicador, sendo o primeiro baseado em informações do CENSO 2010 em conjunto com informações educacionais com fontes oficiais, e outra, que se constituiu na junção das informações educacionais oficiais e uma estimativa populacional, produzida com base nos dados do município.

Destacamos a existência de indicadores onde, apesar de algumas das informações encaminhadas, estas ainda foram insuficientes para gerar e aferir resultados de suas metas.

Sendo assim, os indicadores que não possuem fontes oficiais, até que sejam divulgados dados oficiais não terão como ser aferidos.

O primeiro passo para o início da avaliação foi a verificação da sintonia entre as metas do plano com os instrumentos orçamentários do Município e Meta monitorada dos Indicadores de cada ano.

A metodologia para “Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação” utilizada neste processo foi desenvolvida em 4 etapas: Organizar o trabalho, estudar o plano, Monitorar as metas e estratégias continuamente e Avaliar o plano periodicamente.

**3. AVALIAÇÃO DAS METAS E ESTRATÉGIAS**

**I - Educação Infantil**

**Meta 1 - Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. Ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.**

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica, a única que está vinculada a uma idade própria: atende crianças de zero a três anos na creche e de quatro e cinco anos na pré-escola. Tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (LDB, art.29). (http://educacaointegral.mec.gov.br/educacao-infantil)

A matrícula nas turmas da pré-escola, tornou-se obrigatória para crianças de quatro e cinco anos, devendo ocorrer em espaços institucionais, coletivos, não domésticos, públicos ou privados, caracterizados como estabelecimentos educacionais e submetidos a múltiplos mecanismos de acompanhamento e controle social. (http://educacaointegral.mec.gov.br/educacao-infantil)

A comissão, ao analisar os dados do desenvolvimento da Meta 1 - Educação Infantil, constatou que as matrículas encontram-se em expansão, com significativa mudança na forma como hoje se compreende a função social e política desse nível de ensino e a concepção de criança em seu processo de aprendizado e desenvolvimento.

É preciso universalizar a educação infantil, assegurando a qualidade da educação oferecida para essa etapa. O foco deve ser no desenvolvimento da criança em todos os seus aspectos. Assim, compreendem-se ser de suma importância, na rotina das instituições de ensino, as brincadeiras e as múltiplas linguagens.

Experiências têm demonstrado que, além do cumprimento de um direito do aluno e de um dever do Estado, o investimento na educação infantil repercute, imediatamente, no acesso e permanência, com mais êxito, no ensino fundamental.

|  |  |
| --- | --- |
| **Prazo***Até o final da vigência* | **Observações** |
| FOI CONSIDERADA A MATRICULA INICIAL DE 2019 COM DATA DE CORTE DE 31/03. O município atende toda a demanda da população de 4 e 5 anos (pré-escola) e tem solicitado, através do SIMEC/PAR, construção de creche municipal para iniciar o atendimento a população de 0 a 3 anos. |
| **INDICADOR 1A** | *Percentual da População de 4 a 5 anos que frequenta a Escola*  | Prazo: | **2016** | Alcançou indicador? | **sim** |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** | **2026** |
| Meta prevista |   | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |   |   |   |
| Meta executada no período (dado oficial) |   |   |   | 44% |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Meta executada no período (dado extraoficial) |  |  |  | *90%* | *100%* | *100%* |  |  |  |  |  |  |  |
| **INDICADOR 1B** | *Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a Escola*  | Prazo: | **2024** | Alcançou indicador? | **não** |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** | **2026** |
| Meta prevista |   |   |   |   |   |   |   |   |   | 35% |   |   |   |
| Meta executada no período (dado oficial) |   |   |   | 1,50% |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Meta executada no período (dado extraoficial) |  |  |  | *1,50%* | *18,44%* | *12,3%* |  |  |  |  |  |  |  |

Com relação ao indicador 1-A, mesmo não tendo uma base de dados oficial de censo demográfico atualizado, mas baseado em levantamento de demanda feita pelo Departamento Municipal de Educação, acreditamos que o município apresenta atendimento universalizado da Educação Infantil para crianças de 4 a 5 anos de idade, ressaltando, ainda, que toda a demanda manifesta é atendida.

Após o período de matrícula para pré-escolar (4 e 5 anos) o Departamento Municipal de Educação detecta aqueles que não a realizaram. Através de parcerias com outras entidades solicita que as famílias sejam orientadas quanto à obrigatoriedade e importância de ingressar na escola. Durante a vida escolar do aluno o acompanhamento continua para que não haja evasão.

Os alunos matriculados na Educação Infantil (4 e 5 anos) são atendidos em escolas nas comunidades onde residem.

**TABELA COM DADOS DA MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

 **PRÉ ESCOLAR 4 E 5 ANOS**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **2016** | **2017** | **2018** | **2019** |
| 81 | 69 | 77 | 62 |

Fonte: Deed/Inep/MEC

Registramos que, para cumprimento do Indicador 1.B - **Percentual da população de zero a três anos que frequenta escola/creche**, faz-se necessária a aquisição de um terreno para a construção de um prédio, para implantação do centro de educação infantil que atendam todas as crianças do município em tempo integral. Por meio do novo PAR, está prevista a construção do centro de educação infantil. Constatamos que há necessidade de planejamento estratégico e previsões orçamentárias para o cumprimento desta meta. É preciso estabelecer percentuais de atendimento para cada ano na efetivação das matrículas dessas turmas, para que possamos atender a demanda do município, para dessa forma, em 2024, poder assegurar o cumprimento da meta.

**II - Ensino Fundamental**

**Meta 02 – Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95 % (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.**

A expansão da obrigatoriedade do acesso à educação escolar e, mais especificamente, a universalização da educação básica, mesmo sendo garantidas, constitucionalmente, como um direito de todos, nos remete a seguinte reflexão: garantir que toda criança seja matriculada na escola não garante que esta etapa da educação esteja sendo universalizada.

Desta forma, é visível e significativa a importância da universalização do acesso ao ensino fundamental porque as contradições passam a voltar-se, principalmente, para a qualidade da educação básica, notadamente para o ensino fundamental, com o intuito de não tornar inócua a democratização do acesso.

Portanto, a democratização do ensino não se dá somente pela garantia do acesso, requerendo sua oferta com qualidade com o intuito de otimizar a permanência dos estudantes e, desse modo, contribuir para a melhoria dos processos formativos. Assim, a democratização de uma educação pública de qualidade significa propiciar o acesso aos bens culturais que permeiam as disciplinas, os saberes e os valores de cada instituição escolar e que são passados aos alunos.

|  |  |
| --- | --- |
| **Prazo***Até o final da vigência* | **Observações** |
| A frequencia escolar é acompanhada pela Direção, pela Rede Interna de Monitoramento e Acompanhamento da Frequencia Escolar, e ainda, pela Coordenação do Programa Frequencia Escolar - Bolsa Família. Há ainda intervenções pedagógica com intuito que o aluno conclua o Ensino Fundamental sem defasagem idade/série. |
| **INDICADOR 2A** | *Percentual da População de 6 a 14 anos que requenta a Escola.* | Prazo: | **2024** | Alcançou indicador? | **não** |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** | **2026** |
| Meta prevista |   | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |   |   |
| Meta executada no período (dado oficial) |   |   |   | 97,90% |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Meta executada no período (dado extraoficial) |  |  |  | *97,90%* | *98,58%* | *100%* |  |  |  |  |  |  |  |
| **INDICADOR 2B** | *Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o Ensino Fundamental concluído.* | Prazo: | **2024** | Alcançou indicador? | **não** |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** | **2026** |
| Meta prevista |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   | 95% |   |   |
| Meta executada no período (dado oficial) |   |   |   | 50% |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Meta executada no período (dado extraoficial) |  |  |  | *50%* | *73%* | *91,89%* |  |  |  |  |  |  |  |

Em relação ao indicador 2-A, o município realizou algumas ações para ampliar a oferta de vagas no ensino fundamental, como, divulgação de período de matrículas, ampliação do atendimento do transporte escolar.

Quanto ao indicador 2-B, o município tem realizado diversas ações e programas com intuito de contribuir com a permanência do aluno na escola, de forma que possibilite a conclusão de seus estudos na idade recomendada.

No período de 2016/2017/2018 e 2019, foram realizadas palestras, curso de formação continuada para os professores, de diferentes temas, com o objetivo de minimizar os diversos fatores que ocasionam a evasão e repetência escolar acarretando prejuízo na conclusão de seus estudos.

**TABELA COM DADOS DE MATRÍCULAS DO ENSINO FUNDAMENTAL I E II**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** |
| **ENSINO FUNDAMENTAL I** | 183 | 178 | 171 | 170 |
| **ENSINO FUNDAMENTAL II** | 176 | 209 | 180 | 175 |
| **TOTAL** | 359 | 387 | 351 | 345 |

Fonte: Deed/Inep/MEC

Fonte: Dados fornecidos pela EECC

**III - Ensino Médio**

**Meta 03 - Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).**

A Meta 3 objetiva, além de universalizar o acesso à educação entre a população de 15 a 17 anos, garantir que, ao menos, 85% desses jovens estejam frequentando o ensino médio, que corresponde à etapa de ensino considerada adequada para essa faixa etária. De forma articulada, os dois objetivos da Meta consistem em universalizar o acesso à educação básica e induzir sua conclusão até os 17 anos de idade.

A competência de atendimento deste nível de ensino é do Estado, conforme prevê Artigo 10 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Os estados incumbir-se-ão de: VI - assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem, respeitado o disposto no art. 38 desta Lei; Dessa forma, não há investimentos aplicados nem previstos nas estratégias pelo município em relação a essas estratégias.

|  |  |
| --- | --- |
| **Prazo***Até o final da vigência* | **Observações** |
| A demanda populacional do município para a etapa Ensino Médio é atendida pela Escola Estadual Cisipho Campos, com a contribuição e parceria do Departamento Municipal de Educação e a Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais com o compromisso com a aprendizagem, a alimentação escolar e o transporte escolar. |
| **INDICADOR 3A** | *Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola.* | Prazo: | **2024** | Alcançou indicador? | **não** |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** | **2026** |
| Meta prevista |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   | 100% |   |   |
| Meta executada no período (dado oficial) |   |   |   | 93,10% |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Meta executada no período (dado extraoficial) |  |  |  | *93,10%* | *96,80%* | *100%* |  |  |  |  |  |  |  |
| **INDICADOR 3B** | *Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o Ensino Médio ou possui Educação Básica completa.* | Prazo: | **2024** | Alcançou indicador? | **não** |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** | **2026** |
| Meta prevista |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   | 85% |   |   |
| Meta executada no período (dado oficial) |   |   |   | 65,10% |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Meta executada no período (dado extraoficial) |  |  |  | *65,10%* | *54,22%* | *67,71%* |  |  |  |  |  |  |  |

Não é possível constatar se houve evolução nos indicadores 3A e 3B, pois o último Censo Populacional do IBGE é de 2010 e não foi realizado outro para fazer comparativo. O que podemos observar, quanto aos dados, é que apontam para um aumento da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola, do ano de 2018 para 2019. O atendimento do ensino médio, no município, , é ofertado totalmente na Rede Estadual de Ensino, com a contribuição e parceria do Departamento Municipal de Educação e a Secretaria de Estado de Educação com o compromisso com a aprendizagem, alimentação escolar e transporte escolar.

**TABELA COM DADOS DE MATRÍCULAS DO ENSINO MÉDIO**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **2016** | **2017** | **2018** | **2019** |
| 124 | 141 | 146 | 140 |

**IV - Educação Especial**

**Meta 04 - Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.**

A construção de uma escola para todos, na perspectiva da educação inclusiva, redimensiona o papel da escola, antes restrito ao encaminhamento para outros serviços que, via de regra, só reforçavam a individualização do problema e desresponsabilizavam a instituição educacional das necessidades educacionais especiais do aluno. Questões atuais desafiam a escola a pensar em um projeto de educação inclusiva, com todos os recursos e serviços necessários, para todos que deles necessitarem, tais como tecnologia assistiva, recursos de acessibilidade, material e mobiliário adaptado, salas de recursos multifuncionais, Braille, LIBRAS, meios auxiliares de locomoção, profissional de apoio, no que diz respeito à alimentação, higiene e locomoção; professor de educação especial, seja no contexto das salas de recursos multifuncionais ou no contexto de atuar, colaborativamente, com os professores regentes no espaço da classe comum em que tenha matriculados alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

|  |  |
| --- | --- |
| **Prazo***Até o final da vigência* | **Observações/Relato sintético (opcional)** |
| O Departamento Municipal de Educação contrata professores de apoio para as Escolas da Rede Municipal de acordo com a demanda, o mesmo acontece com a Rede Estadual para os alunos da sua rede. O município ainda disponibiliza transporte para o atendimento de alunos na APAE/Barbacena. Neste ano de 2019, a Rede Estadual atendeu seus alunos ofertando uma sala recurso no contraturno. |
| **INDICADOR 4A** | *Percentual de 4 a 17 anos de idade com deficiência que frequenta a escola.* | Prazo: | **2024** | Alcançou indicador? | **não** |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** | **2026** |
| Meta prevista |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   | 100% |   |   |
| Meta executada no período (dado oficial) |   |   |   | 84% |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Meta executada no período (dado extraoficial) |  |  |  | *84%* | *93,75%* | *100%* |  |  |  |  |  |  |  |
| **INDICADOR 4B** | *Percentual de Matrículas de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou Superdotação que estudam em classes comuns da Educação Básica* | Prazo: | **2024** | Alcançou indicador? | **sim** |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** | **2026** |
| Meta prevista |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   | 100% |   |   |
| Meta executada no período (dado oficial) |   |   |   | 100% |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Meta executada no período (dado extraoficial) |  |  |  | *100%* | *100%* | *100%* |  |  |  |  |  |  |  |

Quanto aos indicdores 4A e 4B, a política que norteia as ações da educação especial no município de Bias Fortes está centrada no fortalecimento do processo de inclusão escolar dos alunos público alvo da educação especial, a saber alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e acontece de forma transversal perpassando por todos os níveis e modalidades de ensino por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE) ofertado na rede Estadual de Ensino.

Embora ainda haja espaço para uma atuação mais eficaz, o município mediante mecanismos de criação de sistemas de informação, vem buscando conhecer a demanda real de atendimento às necessidades educacionais especiais dessa parcela do alunado, organizando-se para o atendimento a esses educandos, com vistas a assegurar as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

No tocante às políticas de apoio aos alunos, público-alvo da educação especial, o município tem oferecido, na rede pública de ensino, serviços de Apoio Pedagógico que caracterizam-se pelos recursos humanos e materiais que apoiam o processo de ensino e de aprendizagem dos alunos, público-alvo da educação especial. Para tanto, estabelece-se, como apoio pedagógico, os seguintes recursos: Professor de Apoio, Atendimento Educacional Especializado oferecido em Sala de Recursos, Assistente de Inclusão Escolar, , além de uma equipe técnica responsável, da SRE de Barbacena, por acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos nas unidades de ensino.

Dados mostram o empenho na implementação de uma política pública de universalização do acesso a todos os educandos, valorizando as diferenças e atendendo às necessidades educacionais na perspectiva da inclusão educacional. O Professor Regente de Turma, com o professor de apoio faz o PDI, com suporte do especialista e a direção escolar, pensando nas melhores estratégias e adaptações curriculares para atender o aluno com necessidades especiais, garantindo sua aprendizagem.

**V – Alfabetização**

**Meta 05 - Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.**

Segundo o Censo Escolar de 2010, pouco mais de 15% das crianças brasileiras com 8 anos de idade que cursavam o ensino fundamental eram analfabetas. O Plano de Metas pela Educação (Decreto nº 6.094/2007) estabelece que a alfabetização é responsabilidade dos entes federativos para crianças até, no máximo, os 8 (oito) anos de idade.

Instituições e órgãos governamentais devem dedicar-se à inserção da criança na cultura escolar, à aprendizagem da leitura e da escrita, à ampliação das capacidades de produção e compreensão de textos, além de melhorar suas referências culturais em diversas áreas. Para cumprir a meta 5, o aprendizado deve ser avaliado, periodicamente, bem como o estímulo dos sistemas de ensino e escolas a criar instrumentos de avaliação e monitoramento.

|  |  |
| --- | --- |
| **Prazo***Até o final da vigência* | **Observações** |
| Os dados dos indicadores foram baseados na avaliação interna referente aos alunos do 3 ano, tendo como data base setembro de 2019. Em toda rede municipal foram avaliados 48 alunos. |
| **INDICADOR 5A** | *Estudantes com proficiência insuficiente em Leitura (nível 1 da escala de proficiência)* | Prazo: | **2024** | Alcançou indicador? | **não** |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** | **2026** |
| Meta prevista |   |   |   | 0% |   |   |   |   |   |   | 0% |   |   |
| Meta executada no período (dado oficial) |   |   |   | 0% |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Meta executada no período (dado extraoficial) |  |  |  | *0%* | *13%* | *10%* |  |  |  |  |  |  |  |
| **INDICADOR 5B** | *Estudantes com proficiência insuficiente em Escrita ( nível 1,2 e 3 da escala de proficiência* | Prazo: | **2024** | Alcançou indicador? | **não** |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** | **2026** |
| Meta prevista |   |   |   | 6% |   |   |   |   |   |   | 0% |   |   |
| Meta executada no período (dado oficial) |   |   |   | 4,30% |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Meta executada no período (dado extraoficial) |  |  |  | *4,30%* | *13%* | *12,5%* |  |  |  |  |  |  |  |
| **INDICADOR 5C** | *Estudantes com proficiência insuficiente em matemática (nível 1 e 2 da escala de proficiência)* | Prazo: | **2024** | Alcançou indicador? | **não** |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** | **2026** |
| Meta prevista |   |   |   | 0% |   |   |   |   |   |   | 0% |   |   |
| Meta executada no período (dado oficial) |   |   |   | 23,30% |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Meta executada no período (dado extraoficial) |  |  |  | *23,30%* | *17%* | *10%* |  |  |  |  |  |  |  |

A alfabetização eficiente é determinante para que as aprendizagens em todas as áreas do conhecimento ocorram, ao longo de toda a vida, e o exercício da cidadania aconteça, de fato, nos planos pessoal e profissional pois, entende-se que ALFABETIZAÇÃO não é apenas o domínio da leitura, escrita ou dos cálculos matemáticos, mas o desenvolvimento integral das crianças com habilidades compatíveis aos desafios atuais, marcados por avanços tecnológicos e científicos cada vez mais rápidos.

As redes públicas de ensino do município de Bias Fortes participam do Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic) e outras ações de formação com os professores, reforço escolar no contraturno, além de avaliações diagnósticas com o intuito de colaborar com as unidades escolares na promoção da alfabetização dos alunos dos anos iniciais até o 3º ano do ensino fundamental.

**GRÁFICO COM RESULTADOS DO PROALFA (3º ANO)**

**NO MUNICÍPIO DE BIAS FORTES**

**LÍNGUA PORTUGUESA**

http://resultados.caedufjf

**ESCRITA**

http://resultados.caedufjf

**MATEMÁTICA**

<http://resultados.caedufjf>

No planejamento diário de cada professor há o intuito de trabalhar as novas práticas e estratégias apreendidas durante as formações, para garantir inovações e melhoria qualitativa no processo de alfabetização de nossos alunos. O acompanhamento e reestruturação das avaliações internas, bem como a adesão as avaliações externas, trazem resultados que favorecem o acompanhamento de ações de

intervenção mais eficientes e o planejamento do reforço escolar que acontece no contraturno.

A escolha dos livros didáticos é feita pelo município, em reuniões de professores, especialista e direção, considerando as especificidades das turmas a serem atendidas.

**VI - Educação Integral**

**Meta 06 - Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50 % (cinqüenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25 % (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.**

É evidente que ao desenvolver a educação integral, a escola necessita propiciar ao aluno aprendizagens desafiadoras com a intenção de favorecer a prática de valores que aprimorem o processo de sociabilidade.

Nesse sentido, o Novo Currículo Referência de Minas Gerais está sendo implementado de forma a garantir o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento dos estudantes, por meio de ações e atividades que contemplem a promoção de atitudes que se materializam na formação humana integral, gerando a reflexão crítica e a autonomia dos estudantes.

Assim, torna-se possível inferir que uma nova configuração da organização das atividades deva ser pensada como necessária para superar a histórica divisão de turnos de um tempo de escolarização formal, valorizando os múltiplos saberes passíveis de desenvolvimento em uma educação integral.

|  |  |
| --- | --- |
| **Prazo***Até o final da vigência* | **Observações** |
| Neste ano de 2019, nenhuma escola ofertou Tempo Integral. |
| **INDICADOR 6A** | *Percentual de alunos da educação básica pública em tempo integral.* | Prazo: | **2024** | Alcançou indicador? | **não** |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** | **2026** |
| Meta prevista |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   | 25% |   |   |
| Meta executada no período (dado oficial) |   |   |   | 8,80% |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Meta executada no período (dado extraoficial) |  |  |  | *8,80%* | *8,68%* | *0%* |  |  |  |  |  |  |  |
| **INDICADOR 6B** | *Percentual de escolas públicas com ao menos um aluno que permanece no mínimo 7 horas diárias em atividades escolares* | Prazo: | **2024** | Alcançou indicador? | **não** |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** | **2026** |
| Meta prevista |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   | 50% |   |   |
| Meta executada no período (dado oficial) |   |   |   | 10% |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Meta executada no período (dado extraoficial) |  |  |  | *10%* | *12,50%* | *0%* |  |  |  |  |  |  |  |

Até o ano de 2018 a escola em tempo integral era ofertada pela Rede Estadual de Ensino, porém no corrente ano de 2019, nenhuma das escolas do município foram contempladas com o Programa Mais Educação.

**VII - Qualidade na Educação**

**Meta 07 - Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias municipais para o IDEB:**

****

****



A oferta de educação básica de qualidade para todos apresenta-se, pois, como um complexo e grande desafio para as políticas públicas para o conjunto dos agentes que atuam no campo da educação, sobretudo nas escolas públicas. Nas duas últimas décadas, registram-se avanços no acesso, cobertura e melhoria da aprendizagem na educação básica, como revela o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), indicador criado pelo INEP, a partir de dados do Censo Escolar, SAEB e Prova Brasil, que leva em consideração o fluxo escolar e o desempenho nos exames, para fazer o acompanhamento da evolução da educação e para estabelecer o padrão de qualidade que o Ministério da Educação definiu como meta a ser atingida.

Com essa meta, espera-se que as redes municipais, estaduais e instituições privadas de ensino articulem-se, por meio de diferentes estratégias e mecanismos, no âmbito do regime de colaboração, para garantir o alcance do nível suficiente de aprendizado, em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de estudo, a cada ano e período, nas médias nacionais previstas.

De modo geral, fomentar a qualidade da educação básica implica enfrentar a desigualdade social existente no município e assegurar a educação como um dos direitos humanos. Implica, também, melhor definição e articulação entre os sistemas de ensino e unidades escolares, organizar os processos de gestão do trabalho escolar, melhorar as condições de trabalho, valorização, formação e desenvolvimento profissional de todos aqueles que atuam na educação.

|  |  |
| --- | --- |
| **Prazo***Até o final da vigência* | **Observações** |
| As intervenções pedagógicas estão sendo intensificadas com aulas diferenciadas e reforço contra-turno para as séries iniciais e finais objetivando melhorar resultados das avaliações internas e externas e reduzir as reprovações sem deixar lacunas no aprendizado. |
| **INDICADOR 7A** | *Qualidade da educação Básica / IDEB Anos Iniciais do EF* | Prazo: | **2021** | Alcançou indicador? | **não** |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** | **2026** |
| Meta prevista |   | 5,6 |   | 5,8 |   | 6,1 |   | 6,3 |   |   |   |   |   |
| Meta executada no período (dado oficial) |   | 5,4 |   | 6,8 |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Meta executada no período (dado extraoficial) |  | *5,4* |  | *6,8* |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **INDICADOR 7B** | *Qualidade da Educação Básica / IDEB Anos Finais do Ensino Fundamental* | Prazo: | **2021** | Alcançou indicador? | **não** |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** | **2026** |
| Meta prevista |   | 5,8 |   | 6,0 |   | 6,2 |   | 6,4 |   |   |   |   |   |
| Meta executada no período (dado oficial) |   | 5,0 |   | 4,9 |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Meta executada no período (dado extraoficial) |  | *5,0* |  | *4,9* |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **INDICADOR 7C** | *Qualidade da Educação Básica / IDEB Ensino Médio* | Prazo: | **2021** | Alcançou indicador? | **não** |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** | **2026** |
| Meta prevista |   |   |   |   |   | 3,7  |   | 3,9 |   |   |   |   |   |
| Meta executada no período (dado oficial) |   | Não foi avaliado |   | 3,4  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Meta executada no período (dado extraoficial) |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

São realizadas ações de intervenção pedagógica com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino em nosso município, tais como: participação dos professores nos programas ofertados pelos entes federados, avaliações diagnóticas, simulados, Semana de Educação para Vida, Feira de Ciências, reforço escolar e assistência pedagógica contínua à alunos com baixo rendimento, buscando melhores resultados nas avaliações externas e reduzir a taxa de reprovação e abandono escolar.

Em parceria com a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, desenvolveu o Programa Educacional de Resistência à Droga e à Violência (PROERD), promovendo a construção da cultura da paz.

Fortaleceu também com a merenda de qualidade, supervisionada pela nutricionista, com um cardápio variado, produtos de qualidade, além de contar com produtos naturais (frutas, verduras e legumes) da agricultura familiar.

 Além dos profissionais da educação, o município disponibilizou fonoaudióloga e psicóloga que assessoram no encaminhamento e acompanhamento dos alunos com necessidades educacionais especiais, além de disponibilizar professor de apoio para os casos necessários.

**VIII - Escolaridade Média**

**Meta 08 - Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12(doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.**

Os diferentes programas, políticas e ações implementados pelo governo federal, em articulação com os sistemas de ensino, voltados para a garantia e universalização do pleno acesso à educação escolar para todos, valorizando as diferenças e respeitando necessidades educacionais, têm-se refletido no aumento das taxas de escolarização da população dos diferentes entes federativos. Contudo, faz-se necessário ampliar mais efetivamente a escolaridade média da população empreendendo esforço para o atendimento da população do campo e para igualar a média de escolaridade entre negro e não negros.

A meta 8 direciona-se para a ampliação da escolaridade média de jovens, na faixa etária de 18 a 29 anos de idade, com a preocupação de garantir que esse processo ocorra de forma equitativa e sem reproduzir desigualdades. Nessa direção, o primeiro grande objetivo da meta consiste em elevar a escolaridade média geral, de modo que ela atinja, em 2024, ao menos 12 anos de estudo.

Para atingir esse objetivo o indicador escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade inclui a necessidade de garantir de forma equitativa o direito à educação. A meta ainda estabelece que os jovens residentes no campo e os pertencentes aos 25% mais pobres, também, alcancem uma escolaridade média de 12 anos de estudo, no mínimo. Esses objetivos têm o indicador de escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente na área rural e o indicador da escolaridade média da população de 18 a 29 anos pertencente aos 25% mais pobres (renda domiciliar per capita). Por fim, a meta registra a intenção de que a escolaridade entre os jovens negros e os não negros seja igualada até o final do período de vigência do Plano Municipal de Educação. Esse objetivo é realizado, por meio do indicador razão entre a escolaridade média de negros e não negros na faixa etária de 18 a 29 anos.

|  |  |
| --- | --- |
| **Prazo***Até o final da vigência* | **Observações** |
| Atualmente, a Escola Estadual Cisipho Campos, oferta a Educação de Jovens e Adultos Ensino Fundamental II e Ensino Médio atendendo toda a demanda manifesta. Houve, na Rede Municipal a chamada Pública, mas não obteve clientela interessada para abertura de turma de alfabetização. |
| **INDICADOR 8A** | *8E - Percentual da população de 18 a 29 anos com menos de 12 anos de escolaridade* | Prazo: | **2024** | Alcançou indicador? | **sim** |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** | **2026** |
| Meta prevista |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   | 60% |   |   |
| Meta executada no período (dado oficial) |   |   |   | 65,30% |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Meta executada no período (dado extraoficial) |  |  |  | *65,30%* | *65,30%* | *65,30%* |  |  |  |  |  |  |  |
| **INDICADOR 8B** | *8F - Percentual da população de 18 a 29 anos residente no campo com menos de 12 anos de escolaridade.* | Prazo: | **2024** | Alcançou indicador? | **Não** |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** | **2026** |
| Meta prevista |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   | 75% |   |   |
| Meta executada no período (dado oficial) |   |   |   | 72% |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Meta executada no período (dado extraoficial) |  |  |  | *72%* | *72%* | *72%* |  |  |  |  |  |  |  |
| **INDICADOR 8C** | *8G - Percentual da população de 18 e 29 anos entre os 25% mais pobres com menos de 12 anos de escolaridade* | Prazo: | **2024** | Alcançou indicador? | **não** |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** | **2026** |
| Meta prevista |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   | 80% |   |   |
| Meta executada no período (dado oficial) |   |   |   | 78,20% |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Meta executada no período (dado extraoficial) |  |  |  | *78,20%* | *78,20%* | *78,20%* |  |  |  |  |  |  |  |
| **INDICADOR 8D** | *8H - Percentual da População negra entre 18 e 29 anos com menos de 12 anos de escolaridade* | Prazo: | **2024** | Alcançou indicador? | **não** |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** | **2026** |
| Meta prevista |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   | 80% |   |   |
| Meta executada no período (dado oficial) |   |   |   | 74,1% |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Meta executada no período (dado extraoficial) |   |   |   | 74,1% |  74,1% | 74,1%  |   |   |   |   |   |   |   |

Os indicadores visam a proporcionar compreensão mais detalhada sobre os desafios postos às políticas e ações voltadas ao alcance dos objetivos da meta. Não é possível constatar se houve evolução nos indicadores, pois o último Censo Populacional do IBGE é de 2010 e não foi realizado outro para fazer comparativo. Cabe ressaltar que esta meta refere-se à população de 18 a 29 anos, ou seja, faixa escolar não obrigatória, o que dificulta ainda mais o retorno e a permanência nos bancos escolares.

A meta 8 expressa, ainda, a preocupação em igualar a escolaridade média entre os jovens negros e não negros. O objetivo do indicador é traduzir as diferenças na escolaridade média de negros e não negros.

A melhoria dos indicadores relativos à meta 8 vincula-se à universalização da educação básica e à ampliação do acesso aos níveis mais elevados do ensino, bem como requer políticas voltadas à educação de jovens e adultos e daqueles provenientes dos grupos mais vulneráveis. Nessa direção, a Secretaria de Estado de Educação e Secretaria Municipal de Educação promovem a divulgação e certificação em exames gratuitos para jovens e adultos finalizarem o ensino fundamental e médio e programas para atender aos alunos com defasagem idade/ano(série). Na Rede Estadual é ofertada a modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos), nos anos finais do Ensino Fundamental e Médio.Observamos que os programas devam ser ampliados, de acordo com a demanda, para que o atendimento à meta 8 aconteça até 2024.

**TABELA COM DADOS DE MATRÍCULAS DA EJA**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** |
| **EJA – EF** **ANOS FINAIS** | 37 | 30 | 32 | 31 |
| **EJA – EM**  | 30 | 30 | 35 | 28 |

**IX. Alfabetização e Analfabetismo**

**Meta 09 - Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 87% (oitenta e sete por cento) até 2020 e, até o final da vigência deste PME, diminuir o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.**

A alfabetização e o analfabetismo compõem a meta que necessita ser discutida, amplamente, em todo território nacional como política pública imprescindível para o desenvolvimento do país.

Podemos dizer que o analfabetismo entre a população de jovens e adultos no Brasil é persistente, tem causas históricas e reflete problemas estruturais não superados.

Apesar da sua persistência, e o analfabetismo ser reconhecido como uma violação do direito humano à educação, as diversas políticas públicas implementadas ao longo da história não conseguiram superar a questão, muito menos baixar os seus índices para padrões internacionais compatíveis com o nível de desenvolvimento do país.

Dados recentes mostram que temos 13,1 milhões de pessoas acima de 15 anos de idade que não sabem ler nem escrever, o equivalente a 8,3% para esta faixa etária e, se diminuirmos o corte para 10 anos de idade, esse número sobe para 16 milhões de pessoas, 9,3% da população acima de 9 anos (Pnad, 2014).

Os direitos educativos dos jovens e adultos brasileiros estão inscritos, na atualidade, em três instrumentos jurídicos de âmbito nacional. A Constituição Federal de 1988 atendeu aos reclamos da sociedade e reconheceu o direito dos jovens e adultos ao ensino fundamental, obrigando os poderes públicos à sua oferta gratuita.

Esse direito foi detalhado pela Lei n.9.394, de 1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), na qual a Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi inscrita como modalidade da Educação Básica, apropriada às necessidades e condições peculiares dessas gerações.

Finalmente, em 2000, o Parecer 11 da Câmara de Educação Básica (CEB) do CNE, fixa as Diretrizes Curriculares, enfatizando o direito público subjetivo dos jovens e adultos ao ensino de qualidade, à luz dos princípios da proporção, equidade e diferença; explicita as funções dessa modalidade da educação básica (reparação de direitos educativos violados, equalização de oportunidades educacionais e qualificação permanente); impõe limites de idade (distinguindo a educação de jovens e adultos da aceleração de estudos que visa à regularização do fluxo escolar de adolescentes); assinala a necessidade de flexibilizar a organização escolar e contextualizar o currículo e as metodologias de ensino, proporcionando aos professores a formação específica correspondente (DI PIERRO, 2008).

**Revista Brasileira de Alfabetização (ABAlf**) Vitória, ES | v. 1 | n. 2 | p. 88-110 | jul./dez. 2015.

Nesse processo de monitoramento da meta, foi constatado que a matricula da EJA, na escola pertencente à rede pública de Bias Fortes-MG, vem crescendo significativamente, observa-se que é necessário um acompanhamento desta modalidade de ensino em relação à evasão escolar.

|  |  |
| --- | --- |
| **Prazo***até o final da vigência* | **Observações** |
| Durante o ano de 2019, a Escola Estadual Cisipho Campos manteve a oferta da Educação de Jovens e Adultos para toda demanda manifesta. |
| **INDICADOR 9A** | *Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade* | Prazo: | **2024** | Alcançou indicador? | **Não** |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** | **2026** |
| Meta prevista |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   | 87% |   |   |
| Meta executada no período (dado oficial) |   |   |   | 85% |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Meta executada no período (dado extraoficial) |  |  |  | *85%* | *85%* | *85%* |  |  |  |  |  |  |  |
| **INDICADOR 9B** | *Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade* | Prazo: | **2024** | Alcançou indicador? | **Não** |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** | **2026** |
| Meta prevista |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   | 50% |   |   |
| Meta executada no período (dado oficial) |   |   |   | 42,20% |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Meta executada no período (dado extraoficial) |  |  |  | *42,20%* | 42,20% | 42,20% |  |  |  |  |  |  |  |

Para atender às características e necessidades dos alunos da modalidade de ensino EJA, o currículo escolar é organizado de forma flexível e carga horária compatível de forma a contemplar os interesses, o modo de vida e as experiências com o mundo do trabalho dos alunos. À medida que vão consolidando as competências e habilidades vão percebendo que valores, conhecimentos e saberes são construções sociais, culturais, históricas e, portanto, passíveis de transformação.

Os alunos da EJA têm direito a alimentação e ao transporte escolar gratuito, para permanência na escola, como um mecanismo de assistência para a não evasão escolar.

Diante do indicador 9.B, que diz respeito à taxa de analfabetismo funcional, o município, até o presente momento, não possui dados sistematizados. O último dado oficial foi do Censo de 2010.

Dessa forma o município, em colaboração com o Estado, vem elevando a taxa de alfabetização do analfabetismo funcional.

**X - EJA Integrada a Educação Profissional**

**Meta 10 - Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional, em parceria com Estado, União e outras entidades.**

A meta 10 tem como foco não só ampliar a escolarização dos jovens e adultos, mas também, proporcionar capacitação profissional, de modo que estejam preparados para atuar no mercado de trabalho. Esse objetivo apresenta o indicador, percentual de matrículas da educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional.

|  |  |
| --- | --- |
| **Prazo***Até o final da vigência* | **Observações/Relato sintético (opcional)** |
| Nas Redes Municipal e Estadual não há oferta de tempo integral para matriculas de educação de jovens e adultos. |
| **INDICADOR 10A** | *Percentual de matrículas de Educação de Jovens e Adultos na forma integrada à Educação profissional* | Prazo: | **2024** | Alcançou indicador? | **não** |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** | **2026** |
| Meta prevista |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   | 25% |   |   |
| Meta executada no período (dado oficial) |   |   |   | 0% |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Meta executada no período (dado extraoficial) |  |  |  | *0%* | *0%* | *0%* |  |  |  |  |  |  |  |

Até a presente data o município não oferta essa modalidade de ensino na Rede Estadual de Educação. Considerando os índices, é importante que haja um planejamento estratégico e previsões orçamentárias para o cumprimento da meta até 2024.

**XI. Meta sobre Educação Profissional Técnica de Nível Médio**

**Meta 11 – Aderir aos programas da União e do Estado, estimulando as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.**

Conforme o art. 39 da LDB, a educação profissional e tecnológica “integra-se aos diferentes níveis e modalidades e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia” a fim de possibilitar o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Já o art. 40 estabelece que a educação profissional deve ser desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada. A educação profissional, no entanto, é historicamente demarcada pela divisão social do trabalho, que na prática sempre justificou a existência de duas redes de ensino médio, uma de educação geral, destinada a um pequeno grupo privilegiado, e outra profissional, para os trabalhadores. A sua origem remonta à separação entre a propriedade dos meios de produção e a propriedade do trabalho, ou seja, a lógica de que alguns pensam, planejam, e outros executam. De acordo com dados do Censo da Educação Básica brasileira, a educação profissional concomitante e a subsequente ao ensino médio cresceram 7,4% nos últimos cinco anos.

A meta 11 tem como enfoque ofertar matrículas da educação profissional técnica de nível médio, garantindo a qualidade da oferta. Além disso, estabelece que, pelo menos, 50% dessa expansão ocorram no segmento público. Para alcançar esses objetivos, temos como indicadores, número absoluto de matrículas em educação profissional técnica de nível médio em municípios vizinhos e o indicador, número absoluto de matrículas em educação Profissional técnico de nível médio na rede pública.

|  |  |
| --- | --- |
| **Prazo***Até o final da vigência - 2024* | **Observações** |
| Os dados do indicador 11A e 11B, são das matriculas feitas nos cursos técnicos fora do município de Bias Fortes. |
| **INDICADOR 11A** | *Numero absoluto de Matrículas em Educação Profissional Técnica de Nível Médio* | Prazo: | **2024** | Alcançou indicador? | **não** |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** | **2026** |
| Meta prevista |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   | 50% |   |   |
| Meta executada no período (dado oficial) |   |   |   | 46% |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Meta executada no período (dado extraoficial) |  |  |  | *0%* | *7* | *20* |  |  |  |  |  |  |  |
| **INDICADOR 11B** | *Número absoluto de Matrículas em Educação Profissional Técnica de Nível Médio na rede pública* | Prazo: | **2024** | Alcançou indicador? | **não** |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** | **2026** |
| Meta prevista |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   | 50% |   |   |
| Meta executada no período (dado oficial) |   |   |   | 0% |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Meta executada no período (dado extraoficial) |  |  |  | *0%* | *2* | *4* |  |  |  |  |  |  |  |

Os dois indicadores elencados visam a ajudar na compreensão mais detalhada dos desafios para o alcance da meta. Os dados são extra oficiais e demonstra que 20 estudantes foram matriculados na educação profissional técnica de nível médio e desse 4 matriculados na rede pública de ensino.

O município disponibiliza transporte gratuito para os estudantes de curso técnico profissionalizante, para toda demanda manifestada, para Barbacena.

**XII. Valorização dos Profissionais do Magistério**

**Meta 12 - Participar, em regime de colaboração entre a União, o estado e o município, de política nacional de formação de profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e**

**III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, garantindo que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.Referente a Meta 15 do PNE.**

A formação acadêmica do professor é condição essencial para que assuma, efetivamente, as atividades docentes e curriculares em todas as etapas e modalidades, seja no ambiente escolar, seja nos sistemas de ensino. A formação, portanto, é um requisito indispensável ao exercício profissional docente e em atividades correlatas. A conjugação desse requisito com outros fatores que incidem na profissão contribuiu, ao longo do tempo, para que a formação acadêmica passasse a ser vista como um direito do professor. Contudo, a despeito desse reconhecimento e dos requerimentos exigidos para o exercício profissional, o acesso à formação universitária de todos os professores da educação básica, no Brasil, constitui-se uma meta a ser alcançada no contexto das lutas históricas dos setores organizados do campo educacional em prol de uma educação de qualidade para todos.

Embora os dados revelam que a Meta não foi atingida, podemos inferir um crescimento nos percentuais na formação de docentes com nível superior. Observamos, também, avanços em relação às parcerias com as instituições para fomentar a formação em modalidade de ensino (EaD por meio de ambientes virtuais de aprendizagem).

|  |  |
| --- | --- |
| **Prazo***Ao longo da vigência 2024* | **Observações** |
|  Em 2019, o cálculo foi feito tendo como base o montante dos professores da Rede Pública de Educação de Bias Fortes. |
| **INDICADOR 12A** | *Percentual de Professores da Educação Básica que possuem formação de nível superior na área específica.* | Prazo: | **2024** | Alcançou indicador? | **não** |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** | **2026** |
| Meta prevista |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   | 100% |   |   |
| Meta executada no período (dado oficial) |   |   |   | 59,60% |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Meta executada no período (dado extraoficial) |  |  |  | *59,60%* | *50%* | *78,6%* |  |  |  |  |  |  |  |

 De acordo com os dado, há necessidade, ainda, de assegurar a formação específica de nível superior para o atendimento integral da Meta.

**DADOS DE PROFESSORES COM GRADUAÇÃO E GRADUAÇÃO NA ÁREA**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **NÚMERO DE PROFESSORES** | **GRADUAÇÃO** | **GRADUAÇÃO NA ÁREA** |
| **PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE BIAS FORTES** | **30** | **21** | **20** |
| **PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DE BIAS FORTES** | **31** | **31** | **28** |

**XIII - Valorização dos Profissionais do Magistério**

**Meta 13 - Formar, em nível de pós-graduação, 50 % (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.Referente a meta 16 do PNE.**

A elevação do padrão de escolaridade básica no Brasil depende, em grande medida, dos investimentos que o poder público e a sociedade façam no tocante à valorização e ao aprimoramento da formação inicial e continuada dos profissionais da educação. As mudanças científico-tecnológicas requerem aperfeiçoamento permanente dos professores da educação básica no que tange ao conhecimento de sua área de atuação e aos avanços do campo educacional. A formação continuada, no âmbito do ensino superior, além de se constituir em um direito dos professores da educação básica, apresenta-se como uma exigência para e do exercício profissional, como reitera a Nota Técnica ao PNE emitida pelo Ministério da Educação: “para que se tenha uma educação de qualidade e se atenda plenamente o direito à educação de cada estudante é importante que o profissional responsável pela promoção da aprendizagem tenha formação adequada” (p. 93). Para alterar esse panorama, os entes federativos (União, estados, municípios e Distrito Federal) têm desenvolvido várias ações no âmbito da Educação para dimensionar a demanda por formação continuada e promover a respectiva oferta por parte das instituições públicas, consolidando assim um planejamento estratégico, em regime de colaboração.

Os dados disponíveis, permitem verificar que no decorrer dos anos houve um aumento gradativo o que possibilitou aos professores melhor preparação e formação adequada para uma educação de qualidade no que se refere a pós-graduação.

|  |  |
| --- | --- |
| **Prazo***Até o final da vigência 2024* | **Observações** |
| A referência dos dados do indicador são de professores com graduação e que tem pós graduação na área específica. Com a educação a distância os professores estão buscando adquirir a pós graduação. |
| **INDICADOR 13A** | *Percentual de professores da Educação Básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu* | Prazo: | **2024** | Alcançou indicador? | **sim** |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** | **2026** |
| Meta prevista |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   | 28% |   |   |
| Meta executada no período (dado oficial) |   |   |   | 18,80% |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Meta executada no período (dado extraoficial) |  |  |  | *18,80%* | *37%* | *51,9%* |  |  |  |  |  |  |  |

Em relação a meta 13 é possível observar que houve um aumento do percentual de professores da educação básica com pós-graduação latosensu e stricto-sensu. A referência dos dados do indicador são de Professores com graduação e que têm Pós-graduação na área específica. Com a Educação a distância os professores estão buscando aderir à Pós-graduação.

**DADOS DE PROFESSORES COM GRADUAÇÃO E GRADUAÇÃO NA ÁREA**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **NÚMERO DE PROFESSORES** | **GRADUAÇÃO** | **PÓS GRADUAÇÃO** | **PÓS GRADUAÇÃO NA ÁREA** |
| **PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE BIAS FORTES** | **30** | **21** | **18** | **12** |
| **PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DE BIAS FORTES** | **31** | **31** | **18** | **15** |

**XIV. Valorização dos Profissionais do Magistério**

**Meta 14 - Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do quinto ano de vigência deste PME. Referente a Meta 17 do PNE.**

A melhoria da educação e, conseqüentemente, dos índices educacionais e das taxas de escolarização da população e o desenvolvimento social e econômico do País estão relacionados, entre outros, à valorização dos profissionais do magistério das redes públicas da educação básica. As pesquisas mostram que professores com formação adequada, com condições dignas de trabalho e que se sentem valorizados contribuem para uma aprendizagem mais significativa dos estudantes, resultando em maior qualidade da educação. A organização e a gestão dos sistemas de ensino e das escolas também são fatores fundamentais nesse aspecto. No caso específico dessa meta, a valorização dos profissionais do magistério é tomada pelo aspecto da sua remuneração média objetivando a equiparação salarial do rendimento médio, até o fim do sétimo ano de vigência do PME, sendo necessário que o valor do salário médio desses profissionais cresça de modo mais acelerado. A defasagem na remuneração dos profissionais da educação tem sido indicada como um dos resultados de um passado de não valorização desses profissionais, além de ser apontada como um dos principais motivos do declínio do número de universitários em cursos de formação de professores. A queda do número de pessoas interessadas pela formação para o magistério na educação básica, assim como sua evasão, põe em risco a meta de universalização e ampliação da obrigatoriedade da educação básica, além de ser contrária às necessidades de educação da população brasileira. Nesse sentido, a aprovação do FUNDEB (EC nº 53/2006) expressou um importante compromisso da nação brasileira com a política de valorização dos profissionais do magistério ao destinar, pelo menos, 60% dos recursos do fundo para o pagamento desses profissionais em efetivo exercício. E, como o valor do fundo é reajustado anualmente em função dos recursos que o compõem, a remuneração também o seria.

A Lei nº 11.738/2008, que aprovou o Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica (PSPN), constituiu-se em um dos maiores avanços para a valorização profissional. Além de determinar que União, estados, Distrito Federal e municípios não podem fixar o vencimento inicial das carreiras do magistério público da educação básica para a jornada de no máximo 40 horas semanais com valor abaixo do PSPN, a lei também determinou, no art. 2º, § 4º, que, na composição da jornada de trabalho, deverá ser observado o limite máximo de 2/3 da carga horária para o desempenho das atividades de interação com alunos. Desse modo, no mínimo 1/3 da jornada de trabalho deve ser destinado às atividades extraclasse.

Nenhum sistema educacional pode considerar a perspectiva de manter ensino de qualidade, sobretudo de qualidade social, a não ser que se disponha a investir com seriedade na formação básica e continuada dos profissionais da educação e, de forma mais específica, na formação do magistério para todos os níveis e modalidades educacionais.

**TABELA COM SALÁRIO BASE DOS PROFESSORES**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ANO** | **REDE MUNICIPAL** | **REDE ESTADUAL** |
|  | **PROFESSOR NÍVEL I** | **PROFESSOR NÍVEL II** | **PROFESSOR** |
| **2016** | 1.282,59 | 1.410,31 | 1.255,00 |
| **2017** | 1.282,59 | 1.410,31 | 1.463,00 |
| **2018** | Até março 1.282,59A partir de abril 1.396,93 | Até março 1.410,31A partir de abril 1.506,35 | 2.135,00 |
| **2019** | 1.396,93 | 1.506,35 | 2.135,00 |

Fonte: Prefeitura de Bias Fortes

Secretaria da EECC

Devido ao quadro de pessoal e ao número pequeno de alunos em uma turma, ainda não foi possível implantar os 1/3 da jornada de trabalho deve ser destinado às atividades extraclasse.

|  |  |
| --- | --- |
| **Prazo***Até 2020* | **Observações** |
| Mesmo estando previsto no Plano de Cargos e Salários a garantia do pagamento do Piso Salarial Nacional, as estratégias desta meta ainda não se efetivaram no município. |
| **INDICADOR 14A** | *Razão entre salários dos professores da educação básica, na rede pública (não federal), e não professores, com escolaridade equivalente.* | Prazo: | **2024** | Alcançou indicador? | **-** |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** | **2026** |
| Meta prevista |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   | 100% |   |   |
| Meta executada no período (dado oficial) |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Meta executada no período (dado extraoficial) |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

Até o momento não foi possível mensurar o rendimento médio dos profissionais do magistério com os demais profissionais com escolaridade equivalente, devido a carga horária não ser compatível

**XV. Valorização dos Profissionais do Magistério**

**Meta 15 - Assegurar,a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica, tomando como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal. Referente a Meta 18 do PME.**

É necessário tornar a carreira do magistério atrativa e viável, com o objetivo garantir a educação como um direito fundamental, universal e inalienável, superando o desafio de universalização do acesso e garantia da permanência, desenvolvimento e aprendizagem do educando, e ainda assegurar a qualidade em todas as etapas e modalidades da educação básica. A carreira do magistério deve se tornar uma opção profissional que desperte nas pessoas interesse pela formação em cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do saber, de modo a aumentar a procura por cursos dessa natureza e, dessa forma, suprir as demandas por esses profissionais qualificados, tanto para a educação básica como para a educação superior. Em muitos casos, o fator financeiro é decisivo para a escolha ou não de uma profissão, bem como para sua evasão, quando da oportunidade de melhor remuneração em carreira com qualificação equivalente. Nesse sentido, é necessário valorizá-la para torná-la tão atrativa e viável como as demais áreas profissionais tidas como estratégicas para o desenvolvimento social e econômico da sociedade, uma vez que, segundo o art. 205 da Constituição Federal de 1988, trata-se de valorização de uma atividade – a educação – que visa ao “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Ou seja, nessa perspectiva, a pessoa que não recebe educação não se desenvolve plenamente e, portanto, não adquire as condições necessárias para o exercício de sua condição de cidadão. Além disso, tem reduzidas suas chances no mundo do trabalho. Assim, a atividade dos profissionais da educação é indispensável e precisa ser valorizada. Um dos mecanismos para expressar a valorização docente é o estabelecimento de planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior.

Em 2011 foi criada a Lei Complementar nº 01/2011 que dispôs sobre o Plano de Carreira e Remuneração dos Servidores Integrantes do Quadro do Magistério do Município de Bias Fortes-MG. Com o plano de carreira são beneficiados mais de 30 profissionais contratados e/ou efetivos. O Plano de Carreira dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Minas Gerais, foi sancionada pelo Governador Aécio Neves no dia 05 de agosto de 2004. O plano abrange os mais de 230 mil servidores efetivos, ativos e inativos, dos órgãos e entidades do Grupo de Atividades da Educação Básica, composto pela Secretaria de Estado de Educação, Conselho Estadual de Educação, Fundação Helena Antipoff e Fundação Educacional Caio Martins.

O diferencial do Plano de Carreira é que os servidores serão remunerados pela titulação e não pelo nível de atuação. Assim, os professores alfabetizadores, por exemplo, receberão de acordo com a qualificação acadêmica, do nível médio ao doutorado, e não pelo cargo que ocupa.

**OBSERVAÇÃO**: Em 20 de maio de 2017 foi eleita uma Comissão de Estudo, Revisão e Reelaboração do Plano de Carreira e Remuneração dos Servidores Integrantes do Quadro do Magistério do Município de Bias Fortes-MG, Portaria 049 de 22 de maio de 2017, porém ainda não foi iniciada nenhuma ação pela Comissão.

**XVI. Gestão Democrática**

**Meta 16 - Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.Referente a Meta 19 do PNE.**

A gestão democrática da educação nas instituições educativas e nos sistemas de ensino é um dos princípios constitucionais garantidos ao ensino público, segundo o art. 206 da Constituição Federal de 1988. Por sua vez, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996), confirmando esse princípio e reconhecendo a organização federativa, no caso da educação básica, repassou aos sistemas de ensino a definição de normas de gestão democrática, explicitando dois outros princípios a serem considerados: a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. Nessa direção, o PNE ratifica os preceitos constitucionais e estabelece a gestão democrática da educação como uma das diretrizes para a educação nacional. Assim, a gestão democrática, entendida como espaço de construção coletiva e deliberação, deve ser assumida como dinâmica que favorece a melhoria da qualidade da educação e de aprimoramento das políticas educacionais, como políticas de Estado, articuladas com as diretrizes nacionais em todos os níveis, etapas e modalidades da educação. Para a consecução dessa meta e de suas estratégias, é fundamental aprimorar as formas de participação e de efetivação dos processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira, bem como os processos de prestação de contas e controle social.

A gestão é o fator predominante para a melhoria da qualidade da educação. De acordo com Costa (2009), a gestão educacional corresponde ao processo de gerir a dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenação das escolas, em específico, e que as diretrizes e políticas educacionais públicas precisam estar afinadas com os princípios da democracia e com métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo, com soluções próprias, no âmbito de suas competências; de participação e de compartilhamento, com tomada conjunta de decisões e efetivação de resultados com acompanhamento e avaliação e retorno de informações e transparência com demonstração pública de seus processos e resultados (Costa 2009).

OBSERVAÇÃO: A Rede Estadual de Ensino tem como critério de escolha de diretor, a eleição direta. Na Rede Municipal de Ensino a escolha do diretor é cargo comissionado.

Em todas as unidades de ensino, foram constituídos os Colegiados (Rede Estadual) Conselho Municipal de Educação (Rede Municipal) com a participação dos profissionais da educação, pais e alunos.

Todas as unidades escolares, aptas, recebem recursos financeiros dos entes federados.

**XVII. Financiamento da Educação**

**Meta 17 – Aplicar, anualmente, em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, no mínimo, 25 % (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências. Referente a meta 20 do PNE.**

A Constituição Federal de 1988, no art. 212, dispõe que a União aplicará, anualmente, nunca menos de 18%; e os estados, o Distrito Federal e os municípios, 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. O texto constitucional prevê, ainda, que a educação básica terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei. Nesse sentido, a vinculação de recursos financeiros para a educação, a ampliação dos percentuais do PIB para a educação nacional, bem como a vinculação do financiamento a um padrão nacional de qualidade, o acompanhamento e o controle social da gestão e uso dos recursos, entre outros, são passos imprescindíveis para a melhoria do acesso, permanência e aprendizagem significativa dos estudantes. Ou seja, a garantia de financiamento adequado das políticas educacionais é base e alicerce para a efetivação do Sistema Nacional de Educação e, por conseguinte, para o alcance das metas e estratégias do PNE e do PME, com vistas à garantia de educação em todos os níveis, etapas e modalidades, além da superação das desigualdades regionais. É importante destacar a participação de cada esfera de gestão no esforço de elevação dos investimentos e a necessidade da articulação entre os entes federativos para que o aumento se consolide.

 A Prefeitura Municipal de Bias Fortes não tem medido esforços para oferecer uma educação de qualidade para seus munícipes, investindo acima do percentual mínimo exigido, dessa forma a meta já está cumprida.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ANO DE EXERCÍCIO** | **VALOR DA APLICAÇÃO** | **PERCENTUAL DA APLICAÇÃO** |
| 2015 | 2.416.359,35 | 26,84% |
| 2016 | 3.149.735,85 | 29,81% |
| 2017 | 2.875.478,49 | 27,37% |
| 2018 | 3.528.343,71 | 32,06% |
| ATÉ OUTUBRO/2019 | 2.590.781,68 | 27,33% |

\*VALOR LEGAL MÍNIMO(ART.212 DA CF/88)=25%

**XVIII. Educação Superior**

**Meta 18 – Contribuir, em âmbito do município, para o alcance da meta nacional de elevação da qualidade da educação superior e para a ampliação proporcional de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.**

A qualidade da educação superior está diretamente associada a vários aspectos, entre eles, o ensino, a pesquisa, a extensão, o desempenho dos estudantes, a gestão da instituição e a titulação do corpo docente, sobretudo em cursos de mestrado e doutorado. Por essa razão, a Meta pretende elevar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior (instituições públicas e privadas). Para atingir essa meta, as IES, sobretudo privadas, terão de elevar o percentual de professores com mestrado e doutorado e também com tempo integral, tendo em vista a melhoria da qualidade desse nível de ensino. Complementarmente, será preciso ampliar a oferta de vagas e matrículas em cursos de pós-graduação stricto sensu. Aumentar a oferta da educação para os trabalhadores é uma ação urgente e necessária, mas para que seja garantida sua qualidade faz-se necessário que essa oferta tenha por base os princípios e a compreensão de educação unitária e universal, destinada à superação da dualidade entre cultura geral e cultura técnica e que garanta o domínio dos conhecimentos científicos referentes às diferentes técnicas que caracterizam o processo do trabalho produtivo na atualidade, e não apenas a formação profissional stricto sensu.

**XIX. Educação Superior**

**Meta 19 – Estimular a elevação gradual do número de matrículas de munícipes na Pós-Graduação Stricto Sensu, de modo a contribuir para que o País atinja a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.**

O Brasil tem vivenciado uma grande mobilização social em prol da melhora e da ampliação da oferta de Educação. Um exemplo dessa mobilização é a Conferência Nacional de Educação (Conae) 2010, que forneceu as bases para o projeto de lei que estabelece o novo Plano Nacional de Educação (PNE) para a próxima década, encaminhado pelo Ministério da Educação ao Congresso Nacional em dezembro de 2010. Apesar de ainda estar em tramitação no Congresso Nacional, o referido plano conta com orientações que já estão sendo consideradas em programas e ações governamentais. O País possui um amplo sistema de pós-graduação stricto sensu, o que tem favorecido o crescimento acentuado da pesquisa e da produção científica, sobretudo em termos da publicação de artigos em periódicos, pois já ocupamos, segundo informações da CAPES, a 13ª posição mundial nesse quesito. Vem crescendo também o registro de patentes, decorrentes, em grande parte, de pesquisas voltadas à inovação, que geram produtos, processos ou serviços. No entanto, a meta nacional de elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, visando a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores, constitui-se em um desafio, uma vez que teremos de expandir significativamente a titulação de mestres e mais do que dobrar a titulação de doutores.

Os dados revelam o aumento gradual do oferecimento de vagas em cursos de pós-graduação *stricto sensu*, através de parcerias com Instituições de Ensino Superior. Observou-se que no decorrer dos anos houve um aumento gradativo o que possibilitou a população, especificamente aos professores melhor preparação e formação adequada para uma educação de qualidade no que se refere a pós-graduação.

Para o monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação não existem dados oficiais disponíveis para a apuração deste percentual e nem mesmo subsídio para tal. Trata-se de uma meta executável em regime de colaboração entre os entes federados e as redes de ensino.

A meta em pauta é de competência da UNIÃO. No entanto, o Município de Bias Fortes têm apoiado e incentivado seus profissionais a se aperfeiçoarem.

**XX. Educação Superior**

**Meta 20 - Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta.**

A democratização do acesso à educação superior, com inclusão e qualidade, é um dos compromissos do Estado brasileiro, expresso nessa meta do PNE. Cada município possui uma realidade diferente em termos da oferta e do acesso à educação superior, pois esse nível de ensino é de responsabilidade de instituições federais, estaduais ou privadas, e a oferta no município fica vinculada às decisões de expansão destas instituições. Portanto, para cumprir essa meta, especialmente em termos de interiorização da educação superior, em cada municipalidade, é preciso um planejamento articulado, que envolva a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. Com todo esse esforço colaborativo, espera-se elevar as duas taxas de acesso no Brasil, conforme previsto nessa Meta, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40%, no segmento público. Atualmente, as matrículas públicas totalizam apenas 27%, enquanto as privadas perfazem 73%, conforme o Censo da Educação Superior de 2012. Hoje, 74% das matrículas neste nível de ensino são de responsabilidade do setor privado. Nesse contexto, há de se destacar o crescimento na modalidade de ensino a distância, como resultado da necessidade de alinhar trabalho e flexibilidade de horário para estudar. Atualmente essa modalidade já é responsável por 15% de todas as matrículas nos cursos de graduação. Ao analisarmos os dados do Censo do Ensino Superior de 2011, temos um total de 6,4 milhões de alunos matriculados nesse nível de ensino, sendo que 26% nas instituições públicas e 74% nas instituições privadas. Isso corresponde a uma taxa líquida de 14,6% e uma taxa bruta de matrícula de 27,8%. O país precisa, assim, duplicar nos próximos dez anos o atual sistema de Educação Superior, o que vai exigir ampliação do financiamento e uma melhora substancial na qualidade da Educação Básica. É preciso também analisar as áreas de conhecimento associadas a essa expansão, de modo a responder às necessidades de desenvolvimento do país e dos interesses futuros dos alunos.

Os dados revelaram que a Meta 20 ainda não foi alcançada, contudo, considerando os dados apontados no indicador, destacamos que as Instituições de Ensino Superior vêm ampliando a capacidade de acesso à graduação. As políticas que visam à ampliação da oferta de vagas no ensino superior corroboram a otimização e o fortalecimento da oferta e expansão da taxa de matrícula no ensino superior.

OBSERVAÇÃO: Outro aspecto importante diz respeito à parcerias e convênios firmados com a Prefeitura Municipal de Bias Fortes-MG, para a oferta de estágio obrigatório e não obrigatório como parte da formação na educação superior, fortalecendo o acesso ao primeiro emprego.

**TRANSPORTE GRATUITO DO MUNICIPIO DE BIAS FORTES PARA CURSOS DE GRADUAÇÃO EM BARBACENA**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **2016** | **2017** | **2018** | **2019** |
| **09** | **14** | **23** | **15** |

**ALUNOS MATRICULADOS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO NA UNIFACVESTE**

|  |
| --- |
| **NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO NA UNIFACVESTE** |
| **28** |

**NÚMERO DE GRADUANDOS QUE REALIZARAM ESTÃGIO NÃO REMUNERADO**

**NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE BIAS FORTES**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **2017** | **2018** | **2019** |
| **ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL**  | **05** | **08** | **07** |
| **ESCOLA ESTADUAL CISIPHO CAMPOS** | **02** | **01** | **11** |
| **TOTAL**  | **07** | **09** | **18** |

Comissão coordenadora e Equipe técnica do PME.